



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANEXO XXV — N.º 119

SÁBADO, 26 DE SETEMBRO DE 1970

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### PROJETO DE LEI N.º 8, DE 1970 (CN)

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1971

Pareceres da Comissão Mista serão publicados em Suplemento a este número.

## SENADO FEDERAL

### ATA DA 134.ª SESSÃO EM 25 DE SETEMBRO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária  
da 6.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DO SR. FERNANDO  
CORRÊA**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Oscar Passos — Flávio Brito — Edmundo Levi — Milton Trindade — Lobão da Silveira — Petrônio Portella — Duarte Filho — Domicio Gondim — Júlio Leite — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tôrres — Carvalho Pinto — Fernando Corrêa — Mello Braga — Guido Mondin.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

### EXPEDIENTE

### PARECERES

**PARECER N.º 646, DE 1970**

da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 142, de 1968, que dispõe a respeito da comercialização de edulcorantes sintéticos.

**Relator: Sr. Carlos Lindenberg**

Volta à nossa apreciação o presente projeto, de autoria do Senador Raul Giuberti, sobre o qual já nos pronunciávamos, recomendando, preliminarmente, fôsse ouvido o Ministério da Saúde.

Em resposta aos ofícios de informações desta Comissão, esclarece-nos o Sr. Ministro da Saúde que o assunto já fôra regulamentado pelas Portarias Ministeriais GB n.º 264, de 7-11-69, e GB n.º 44, de 26-1-70.

Verificamos, ao compulsar as mencionadas Portarias, não haver colisão entre o nelas disposto e o preceituado no projeto.

Dispensamo-nos de proceder a uma exposição mais minuciosa da proposição, já feita quando do nosso primeiro pronunciamento.

Notamos que o projeto cogita de matéria cujo teor costuma o legislador deixar ao arbítrio do Administrador — trata-se do poder de regulamentar.

É notório que o Poder Executivo, para o cabal desempenho de suas atribuições, precisa de uma certa margem de discricção no trato da coisa pública. O legislador assim o tem entendido.

Esta é a lição do eminente Bielsa, em seus "Princípios de Direito Administrativo", pág. 47, segunda edição:

"A lei, em geral, traça regras amplas relativas à competência e às atribuições dos órgãos administrativos, porém não pode prever hipóteses muito circunstanciais, fatos ou complexos de fatos. Dai se atribui ao Poder Executivo certa faculdade discricionária."

No caso dos edulcorantes sintéticos, vimos, após uma denúncia veiculada pelos jornais, a presteza com que o

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA  
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA  
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA  
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO  
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO  
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

#### Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 20,00

Ano ..... Cr\$ 40,00

#### Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00

Ano ..... Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

Sr. Ministro da Saúde agiu a fim de evitar possíveis riscos à integridade da população. Se, entanto, houvesse lei regulamentando a hipótese, ela só poderia ser modificada através de outra lei, o que poderia retardar a ação do Administrador que, em tais casos, deve ser pronta, expedita.

Assim, em que pesem os altos propósitos de seu autor, o projeto não deve ser aprovado.

Opinamos, pois, pela sua rejeição, por injuridicidade.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1970. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Carlos Lindenberg**, Relator — **Mello Braga** — **Júlio Leite** — **Josaphat Marinho** — **Carvalho Pinto** — **Guido Mondin**.

#### PARECER N.º 647, DE 1970

da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 37, de 1970, que fixa prazo para resposta e pedido de informações, nos processos de "habeas corpus", e dá outras providências.

Relator: Sr. Carlos Lindenberg

O projeto sobre o qual somos chamados a opinar é do Senador Bezerra Neto e tem por objeto fixar prazo

para resposta e pedido de informações, nos processos de "habeas corpus".

Ao justificar a proposição salientou seu eminente autor que o Decreto-lei n.º 552, de 25 de abril de 1969, ao cogitar da possibilidade do relator do processo de "habeas corpus" pedir ou não informações à autoridade coatora, não delimitou prazo para tal resposta. Acrescenta que seu projeto visa a suprir esta omissão.

Verificou-se, do exame do projeto, que o mesmo determina sejam as informações de que trata o citado Decreto-lei prestadas, dentro do prazo máximo de 3 dias.

Tal prazo afigura-se-nos razoável para os Estados mais desenvolvidos da Federação, que dispõe de melhores vias de acesso e de comunicação, sendo, portanto, de fácil obediência. Com relação, porém, a Estados como o Acre, Amazonas etc., tal prazo dificilmente poderá ser acatado.

Ante as diferenças que se observam entre os Estados brasileiros, teríamos que assinalar para cada Estado ou, pelo menos, para determinados grupos de Estados, prazos diferentes, o

que viria dificultar sobremaneira a nossa tarefa.

Como acentuam os clássicos, a dissimetria nem sempre é aconselhável ao legislador, especialmente em hipóteses como a do presente projeto, na qual consideramos a sua aplicação um exemplo típico de inconveniência.

Devemos, nesses casos, deixar ao critério dos aplicadores da lei tal atribuição, partindo do pressuposto de que um desembargador estadual tenha condições para decidir sobre o prazo a ser observado. Tanto mais quanto se atenta para o fato de que ele pode, inclusive, dispensar as mencionadas informações.

Assim e em que pesem os altos propósitos do eminente Senador Bezerra Neto, manifestando-nos contrariamente ao projeto, por entendermos que o sistema vigente atende melhor às nossas peculiaridades regionais.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1970. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Carlos Lindenberg**, Relator — **Júlio Leite** — **Mello Braga** — **Josaphat Marinho** — **Carvalho Pinto** — **Guido Mondin**.

**PARECERES N.ºs 648 E 649, DE 1970**

sobre as Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.º 75/68 (n.º 1.910-A, de 1968, na Câmara), do Senador Carvalho Pinto, que reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial e o Departamento Nacional de Salário do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e dá outras providências.

**PARECER N.º 648****Da Comissão de Constituição e Justiça**

**Relator: Sr. Petrônio Portella**

De autoria do nobre Senador Carvalho Pinto, a proposição mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, nas quais foram Relatores os Senadores Antônio Carlos e José Leite, respectivamente, logrou aprovação em Plenário, a 15 de outubro de 1968, sendo remetida, a seguir (Ofício n.º 2.322, de 16-10-68), ao exame da Câmara dos Deputados, nos termos do artigo 58 da Constituição e na forma do artigo 320 do Regimento Interno.

Tramitou, na Câmara dos Deputados, a disciplinação legal projetada pelas Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e de Economia, tendo recebido três emendas no segundo desses órgãos técnicos, as quais foram objeto de aprovação por parte da Comissão de Economia, obtendo, afinal, aprovação plenária daquela Casa do Congresso Nacional com as referidas emendas.

Volta, agora, o projeto ao Senado Federal para colhêr sua manifestação sobre as emendas nele introduzidas, consoante preceitua o § 1.º do artigo 58 do texto constitucional.

As Emendas n.ºs 1 e 3, de caráter modificativo, alteram, a primeira, o prazo de duração dos mandatos dos representantes classistas com assento no Conselho Nacional de Política Salarial de 4 para 3 anos, e a segunda (sob n.º 3) deu à emenda do projeto a seguinte redação: "Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial — CNPS, e dá outras providências". Finalmente, a Emenda n.º 2 suprimiu os artigos 7.º, 8.º e 9.º

Referida supressão dos citados artigos (Emenda n.º 2) e a nova redação

dada à emenda da proposição (Emenda n.º 3) decorreram da orientação adotada pela Câmara dos Deputados de restringir a participação de representantes classistas exclusivamente no Conselho Nacional de Política Salarial, eliminando-a do Departamento Nacional de Salário, por considerar a gestão do órgão em causa por um colegiado. Como vimos, a Emenda n.º 1 limitou-se a reduzir de um ano o período de mandato dos representantes classistas.

Escorreitas do ponto de vista jurídico e de técnica legislativa as Emendas em apreciação estão isentas, por outro lado, de qualquer eiva capaz de comprometer a sua constitucionalidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1970. — **Júlio Leite, Presidente.** — **Petrônio Portella, Relator** — **Mello Braga** — **Josaphat Marinho** — **Carlos Lindenberg** — **Carvalho Pinto** — **Guido Mondim.**

**PARECER N.º 649****Da Comissão de Legislação Social**

**Relator: Sr. Duarte Filho**

Formulada pelo Senador Carvalho Pinto, a proposição acima caracterizada, após receber, nesta Casa, pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, mereceu aprovação do Plenário, a 15 de outubro de 1968, e, na Câmara dos Deputados, ouvidas idênticas Comissões e, ainda, a Comissão de Economia, logrou acolhimento, com três emendas de autoria do Deputado João Alves, relativas à emenda, à supressão dos arts. 7.º, 8.º e 9.º e à nova redação proposta para o § 3.º do artigo 1.º

Volta à apreciação desta Casa do Congresso Nacional o projeto em exame, em estrita observância ao preceito consubstanciado no § 1.º do art. 58 da Constituição da República Federativa do Brasil para que sobre as alterações nele introduzidas na Câmara revisora se manifeste o Senado da República.

As modificações em causa foram as seguintes:

- 1.ª) supressão dos artigos 7.º, 8.º e 9.º, por ter sido considerada de-

saconselhável a adoção da administração colegiada, com representação classista, na criação do Departamento Nacional de Salário;

- 2.ª) nova redação da emenda para compatibilizá-la com a proposição em decorrência da eliminação dos dispositivos citados no item anterior;
- 3.ª) redução da duração do mandato dos representantes classistas no Conselho Nacional de Política Salarial de quatro para três anos.

A aceitação das emendas em foco não desnatura a finalidade primordial da louvável iniciativa do Senador Carvalho Pinto que é, precípua, declarada e fundamentalmente, consoante sua substanciosa justificação, ratificada, inclusive, através de discurso de Sua Excelência proferido a 20 de agosto de 1968, dar aos interessados diretos na formulação da política salarial, trabalhadores e empresários, assento permanente e não apenas participação eventual no órgão competente para traçá-la, ou seja, o Conselho Nacional de Política Salarial.

Nessa ordem de idéias, nosso parecer é pela aceitação das Emendas números 1, 2 e 3 da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1970. — **Mello Braga, Vice-Presidente,** no Exercício da Presidência. — **Duarte Filho, Relator.** — **Júlio Leite** — **Atílio Fontana.**

**PARECERES N.ºs 650 e 651, DE 1970**

sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 31, de 1970 (n.º 4.045-B/66, na Casa de origem), que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, e dá outras providências.

**PARECER N.º 650****Da Comissão de Legislação Social**

**Relator: Sr. Duarte Filho**

O projeto que vem ao exame desta Comissão tem por finalidade criar o Conselho e os Conselhos Regionais de Psicologia (art. 1.º), "dotados de personalidades jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, no conjunto, ad-

tarquia destinada a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe".

A matéria é oriunda da Câmara dos Deputados, onde foi apresentada em 1966, para, no ano seguinte, ser encaminhada ao arquivo, nos termos do art. 104 do Regimento Interno. Acabou, porém, desarquivada e tendo trâmite regular, para ser aprovada nas Comissões de Constituição e Justiça, que formulou substitutivo; de Educação e Cultura e de Legislação Social. O plenário aceitou o pronunciamento das Comissões e, agora, a proposição é submetida à apreciação do Senado.

Ficou ressaltada, na Câmara, a necessidade de serem criados os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, em virtude da inexistência de órgãos de seleção, fiscalização, controle e reconhecimento da profissão disciplinada pela Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962.

A lei que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamentou o exercício profissional de Psicólogo sofreu alterações, com os Decretos-leis n.ºs 529, de 11 de abril de 1969, e 706, de 25 de julho de 1969. Mas as modificações inalteraram o conteúdo. Convém assinalar que, na verdade, há quem se insurja contra a criação dos Conselhos Federal e Regionais destinados a orientar e fiscalizar o exercício de profissões. Todavia, organismos desse tipo têm oferecido excelente resultado. Basta indicar a Ordem dos Advogados do Brasil e os Conselhos de Medicina e de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura.

Ninguém desconhece a importância atribuída à Psicologia, no mundo atual. Como "ciência da consciência", ela considera o ser humano como "unidade indivisível, não o decompõe em aspectos biológicos, nem tentando reduzir esses aspectos a enunciados de físico-química". E a profissão de Psicólogo, que exige dos que a exercitam espírito de renúncia e grande amor ao ser humano, deve, por quanto antes, de instituição que a fiscalize e controle, principalmente para evitar que o charlatanismo prejudique, na prática, o trabalho de

verdadeiro missionária, que o profissional da Psicologia se vê obrigado a cumprir.

Em face do exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1970. — Mello Braga, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Duarte Filho, Relator — Júlio Leite — Atílio Fontana.

#### PARECER N.º 651

#### Da Comissão de Finanças

Relator: Sr. Mello Braga

O ilustre Deputado Antunes de Oliveira apresentou ao exame do Congresso Nacional o projeto de lei em epígrafe, que tem por objetivo regulamentar a profissão de Psicólogo, mediante a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, bem como a fixação normativa para o exercício dessa profissão.

Trata-se, portanto, da criação de uma autarquia, a ser dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, destinada a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão do psicólogo e de zelar pela fiel observância dos princípios de ética profissional.

Os aspectos que nos cabe examinar, de acordo com a área da competência deste órgão técnico, estão detalhadamente estabelecidos no Capítulo V — Do Patrimônio e da Gestão Financeira — conforme se vê:

"Art. 16 — O patrimônio do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais será constituído de:

I — dotações e legados;

II — dotações orçamentárias do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal;

III — bens e valores adquiridos;  
IV — taxas, anuidades, multas e outras contribuições a serem pagas pelos profissionais.

**Parágrafo único** — Os quantitativos de que trata o inciso IV deste artigo deverão ser depositados em contas vinculadas no Banco do Brasil, cabendo 1/3 (um terço) do seu montante ao Conselho Federal.

**Art. 17** — O orçamento anual do Conselho Federal será aprovado mediante voto favorável de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros presentes à Assembléia dos Delegados Regionais.

**Art. 18** — Para a aquisição ou alienação de bens que ultrapassem 5 (cinco) salários-mínimos se exigirá a condição estabelecida no artigo anterior, devendo-se observar, nos casos de concorrência pública, os limites fixados no Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

**Parágrafo único** — A aquisição ou alienação de bens de interesse de um Conselho Regional dependerá de aprovação prévia da respectiva Assembléia-Geral.

**Art. 19** — Ao Conselho Federal caberá custear despesas com o transporte e a estada dos delegados-eleitores, bem como de quaisquer outros psicólogos ou servidores, quando, a serviço daquele Conselho, se deslocarem de sua sede.

§ 1.º — Na fixação dessas despesas, aplicar-se-á, no que couber, o critério adotado pelo Serviço Público Federal para as tarefas executadas fora da sede."

No que diz respeito à programação orçamentária, a fixação de anuidades e de critérios para elaboração orçamentária dos Conselhos Regionais, bem como a elaboração da prestação de contas para exame do Tribunal de Contas da União, é atribuído ao Conselho Federal, nos termos das alíneas I, p e q do seu art. 6.º, abaixo transcrito:

"Art. 6.º — São atribuições do Conselho Federal:

.....  
l) aprovar as anuidades e demais contribuições a serem pagas pelos Psicólogos;

p) dentro dos prazos regimentais, elaborar a proposta orçamentária anual a ser apreciada pela Assembléia dos Delegados Regionais, fixar os critérios para a elaboração das propostas orçamentárias regionais e aprovar os orçamentos dos Conselhos Regionais;

g) elaborar a prestação de contas e encaminhá-la ao Tribunal de Contas."

Conforme se verifica do acima exposto, há uma estrutura financeira prevista, capaz de dar à autarquia condições de funcionamento, assim como um processo de execução e controle orçamentários, firmado de acordo com os princípios e normas adotadas pelo Serviço Público Federal.

Nestas condições, esta Comissão nada tem a opor que seja o projeto aprovado, mormente se pensarmos nas repercussões disciplinadoras do exercício de uma nova profissão, incluída, agora, no rol das liberais e cuja ação muito irá contribuir para o processo de desenvolvimento sócio-econômico de nosso País, através da aplicação prática do estudo das disciplinas:

- Dinâmica de grupo;
- Psicologia social;
- Introdução à Psicologia;
- Psicologia aplicada à administração;
- Psicologia da educação;
- Psicologia geral e experimental;
- Psicologia experimental avançada;
- Psicologia do desenvolvimento;
- História e sistemas em Psicologia;
- Estatística para a ciência do comportamento;
- Psicologia da personalidade; e
- Psicofisiologia.

Considerando, pois, mais esses fatores que irão beneficiar e auxiliar a dinâmica da Administração Pública ou particular, somos favorável à aprovação do projeto em pauta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1970. — **Carvalho Pinto**, Presidente — **Mello Braga**, Relator — **Júlio Leite** — **Carlos Lindenberg** — **Dinarte Mariz** — **Flávio Brito** — **Petrônio Portella** — **Duarte Filho** — **Milton Trindade**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa).** — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

Of. N.º 002/CM

24 de setembro de 1970

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o relatório e os estudos realizados pela Comissão Mista incumbida de examinar a legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café, elaborar projeto de lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa autarquia.

Tendo em vista dispositivos constitucionais atualmente em vigor e relativos à competência do Congresso Nacional, conclui o trabalho com a apresentação de uma série de sugestões de interesse geral à política cafeeira e que, consoante proposta do Sr. Relator aprovada pela Comissão, poderiam ser encaminhadas às autoridades competentes do Executivo, como subsídios às deliberações de sua alçada.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

Senador **Carvalho Pinto**, Presidente.

(O Relatório a que se refere o ofício que acaba de ser lido, será publicado em Suplemento.)

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa).** — Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 73, DE 1970

Autoriza a Redatora **Leda Maria Cardoso Naud** a integrar, como Secretária, a Delegação do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar à 58.ª Conferência Interparlamentar.

O Senado Federal resolve:

**Artigo único.** — É autorizada a acelerar a indicação para Secretária a Delegação do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar à 58.ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Haia, no período de 30 de setembro a 9 de outubro do corrente ano, nos

térmos do art. 369 da Resolução n.º 6, de 1960, a Redatora, **PL-2, Leda Maria Cardoso Naud**, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

#### Justificação

A Comissão Diretora submeteu à apreciação do Plenário o presente Projeto de Resolução, a fim de atender a solicitação do Senhor Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, através do Ofício n.º 36/70, de 28 de agosto de 1970, em que indica a Redatora **Leda Maria Cardoso Naud**, desta Casa, para Secretariar os trabalhos da Delegação daquele Grupo à 58.ª Conferência Interparlamentar, sem ônus, para o Senado.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de setembro de 1970. — **Fernando Corrêa**, Presidente em exercício — **Edmundo Levi** — **Paulo Tórres** — **Sebastião Archer**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa).** — O projeto lido, de autoria da Comissão Diretora, independe de parecer de outra comissão. Será publicado e oportunamente incluído em Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa).** — Há orador inscrito.

Tem a palavra o nobre Senador **Júlio Leite**.

**O SR. JÚLIO LEITE (Lê o seguinte discurso.)** — Senhor Presidente, Senhores Senadores, comemora-se amanhã, 26 de setembro, o dia internacional das relações públicas, data que também assinala o décimo aniversário da Federação Interamericana de Relações Públicas, fundada no México, ao ensejo da I Conferência continental dos profissionais dessa especialidade. Embora se trate de atividade relativamente nova em nosso País, desenvolvida que foi para atender às necessidades da vida moderna, penso não ser necessário destacar aqui a importância da comunicação social, na promoção da concórdia e do entendimento entre os homens.

No Brasil, a luta pelo reconhecimento do status profissional dessa atividade é de ontem. Aquêles que se dedicam às relações públicas, devem a regulamentação de sua categoria profissional à iniciativa do então Ministro do Trabalho, Senador **Jarbas Passarinho**, que já ligou seu nome a

tantas iniciativas neste País, que dele se poderia dizer, parafraseando o que já se disse de Pandiá Calógeras, que seria um bom ministro em qualquer pasta.

Hoje, Senhor Presidente, já não são mais as grandes corporações apenas que vêem nas relações públicas o instrumento adequado para promover a melhoria das normas de convivência com seus clientes. A criação de uma imagem receptiva que evite os desentendimentos, que previna os conflitos e que atenuie as incompreensões, através de informações precisas e adequadas, deixou de ser monopólio de um pequeno grupo de empresários progressistas, para se transformar numa atividade institucionalizada, que preocupa, indistintamente, todas as esferas da atividade humana.

O Poder Executivo, particularmente depois de 1964, e mais recentemente a partir da administração Costa e Silva, incorporou essa preocupação a problemática governamental, ao instituir na Presidência da República a Assessoria Especial de Relações Públicas. Sem esquecer a iniciativa pioneira do Coronel Hernani d'Aguiar, primeiro titular desse órgão, permito-me ressaltar aqui os resultados que já estão sendo colhidos por essa pequena equipe que hoje constitui a AERP, sob a liderança desse intelectual de mérito que é o Coronel Octávio Pereira da Costa.

As mensagens tocadas de uma profunda sensibilidade humana que a AERP divulga nos intervalos que lhe são gratuitamente cedidos na televisão e no cinema, constituem uma pausa de elevação estética e de bom gosto, no padrão usualmente precário da maioria das mensagens publicitárias. É curioso observar, no entanto, o poder multiplicador dessa iniciativa, que se reflete na paulatina e sensível elevação do nível cultural das mensagens comerciais. Este constitui, no meu entender, o melhor exemplo da contribuição efetiva que as modernas técnicas da comunicação em massa podem dar, para o aprimoramento da televisão comercial brasileira.

Já não existe, Senhores Senadores, entidade pública ou empresa privada que prescindia de um eficiente ser-

viço de relações públicas. O julgamento que o grande público normalmente faz de qualquer instituição está diretamente influenciado pelo padrão de relações que se desenvolvem entre os usuários e aqueles que o atendem, como delegados dessa instituição. Daí, porque julgo que os esforços do Governo devem voltar-se também, em escala ampla e abrangente, para as repartições que lidam diretamente com o público, como mandatárias que são do Governo Federal. A experiência já adquirida pela AERP, nas inúmeras campanhas que já patrocinou ou que desenvolveu diretamente, desde a sua instituição, pode ser extremamente útil na realização de um trabalho planejado com esta finalidade.

Se me permito formular sugestões como esta, é porque minha preocupação com este problema não é de hoje. Aqui mesmo, no Senado, já tive a oportunidade de tratar do assunto, referindo-me ao fato de que "a imagem pública dos parlamentares era uma imagem deformada pela falta de informação adequada". No início de 1968, apresentei indicação instituindo, junto à presidência da Casa, o Serviço de Relações Públicas do Senado. A proposição, que mereceu o apoio e o acolhimento do nobre Relator designado pela Comissão Diretora, o eminente Senador Cattete Pinheiro, visava exatamente a suprir essa lacuna. Mobilizando os recursos humanos e materiais existentes na Secretaria, sem aumentar portanto nossa despesa, preconizava com aquela iniciativa, à semelhança do que fazem quase todos os Parlamentos, dar uma idéia precisa — tanto quanto possível — do que é a rotina da vida parlamentar. Entendo mesmo que, se há campo em que a colaboração dos poderes constitucionais é necessária e essencial, este é, exatamente, o da valorização da vida pública.

São inúmeros, Senhor Presidente, os exemplos proporcionados pelo bom emprego de uma eficiente campanha de relações públicas. Bastaria citar aqui os êxitos do Projeto Rondon, iniciativa que sensibilizou, como nenhuma outra, a mocidade universitária brasileira, constituindo-se hoje na maior promoção publicitária que o Brasil faz de si mesmo, em favor das

populações desamparadas e desassistidas do nosso sertão. E é extraordinário que essa campanha, conduzida sem qualquer publicidade ou alarde, resulte do elogiável esforço de uma equipe impessoal que se esconde na modéstia do anonimato.

O mesmo se pode dizer da colaboração dos profissionais de relações públicas e de publicidade, através do Conselho Nacional de Propaganda, em campanhas de interesse nacional. Algumas iniciativas patrocinadas por instituições privadas adquiriram tal importância que se incorporam hoje, sem nenhum favor, no calendário cultural do País. E merecem, por isso mesmo, o nosso irrestrito aplauso. Tudo indica, portanto, que igual sucesso se deveria esperar de iniciativas semelhantes que viessem a ser patrocinadas por entidades públicas, evitando-se, evidentemente, a multiplicidade de esforços concorrentes. Esta, aliás, me parece a orientação que tem sido invariavelmente adotada pela Assessoria de Relações Públicas do Presidente da República.

Não desejo alongar-me neste breve registro, Senhor Presidente, e penso mesmo ter extrapolado, de certa forma, o sentido de minha presença nesta tribuna. Encerro, portanto, minhas considerações, endereçando daqui a minha mensagem de confiança e otimismo no esforço que vêm desenvolvendo os profissionais de relações públicas no Brasil, no sentido de tornar mais compreensiva, mas unida e cada vez mais participante no esforço pelo desenvolvimento, esta grande massa que constitui o maior patrimônio do País: a grande família brasileira.

(Muito bem! Muito bem! Palmas.)

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

José Guimard — Cattete Pinheiro — Sebastião Archer — Dinarte Mariz — Josaphat Marinho — Vasconcelos Torres — Gilberto Marinho — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — Ney Braga — Attilio Fontana — Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Não há mais oradores inscritos.

Vamos passar à

## ORDEM DO DIA

Estão presentes 18 Senhores Senadores.

Não há números para votação.

As matérias constantes dos quatro primeiros itens da pauta estão em fase de votação. Quanto ao 5.º item, está com sua discussão sobrestada, dependendo da votação do Requerimento n.º 202, de autoria do Sr. Senador Petrônio Portella, solicitando adiamento da discussão da matéria para reexame da Comissão de Educação e Cultura.

Fica, portanto, adiada a Ordem do Dia para a próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa)** — A Presidência, nos termos do art. 11 do Regimento Comum, e ouvida a Presidência da Câmara dos Deputados, convoca sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos do dia 28 do corrente mês, no plenário da Câmara dos Deputados, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1970 CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 21, de 1970-CN), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.119, de 11 de agosto de 1970, que isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados os aparelhos tipo **Pacemaker**.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 4, de 1970 (CN) (apresentado pela Comissão Mista como conclusão do seu Parecer n.º 22, de 1970 (CN), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.120, de 14 de agosto de 1970, que autoriza o Ministro dos Transportes a tomar as providências necessárias à regularização de débitos da União para com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa)** — Em virtude da presente convocação, não haverá sessão ordinária do Senado na próxima segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar, encerrar a presente, designando para a próxima sessão ordinária, a realizar-se terça-feira próxima, dia 29, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 162, DE 1968

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 162, de 1968 (n.º 1.363-C/68, na Casa de origem), que regula a indenização aos dependentes, e dá outras providências, tendo PARECER, sob n.º 571, de 1970, da Comissão — de Constituição e Justiça pela aprovação, com Emenda que oferece de n.º 1-CCJ.

2

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 26, DE 1970

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1970 (n.º 2.082, na Casa de origem), que dá a denominação de "Rodovia Manoel da Costa Lima" a trechos de rodovias que indica, tendo PARECER, sob n.º 609, de 1970, da Comissão — de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pela aprovação.

3

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 70, DE 1970

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 70, de 1970 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer n.º 624, de 1970), que autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar operação de empréstimo externo, através da Companhia de Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, com o "International Commercial Bank Ltda.", de Londres, nos termos da Lei Estadual n.º 5.712, de 1967, destinado a custear as despesas de implantação do Projeto de Redes Integradas daquele Estado, tendo PARECERES, sob n.ºs 625 e 626, de 1970, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e — dos Estados Para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento, pela aprovação.

### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 27, DE 1970

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1970, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que inclui os preconceitos de sexo e de crença religiosa entre as contravenções penais mencionadas na Lei n.º 1.390, de 3-7-51, e modifica o sistema de multas previsto no diploma, tendo PARECER CONTRÁRIO, sob n.º 607, de 1970, da Comissão — de Constituição e Justiça.

### EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO

### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 75, DE 1968

Discussão, em turno único, das emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.º 75, de 1968, que reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) e o Departamento Nacional de Salário (DNS) do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e dá outras providências, tendo PARECERES, sob n.ºs 648 e 649, de 1970, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — de Legislação Social, pela aprovação.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 72, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 72, de 1970 (apresentado pela Comissão de Legislação Social como conclusão de seu Parecer n.º 640, de 1970), que autoriza a Fundação Rural Mineira — Colonização e Desenvolvimento Agrário — RURALMINAS — a alienar 200.000 (duzentos mil) hectares de terras de sua propriedade, nas regiões de Jaíba e Montalvânia, no Estado de Minas Gerais, em lotes de 5.000 (cinco mil) a 30.000 (trinta mil) hectares a empréssas rurais brasileiras que tenham ou venham a ter projetos na RURALMINAS e na SUDENE, tendo PARECERES, sob n.ºs 641 a 643, de 1970, das Comissões — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; — de Agricultura, pela aprovação; e — dos Estados Para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento, pela aprovação.

## PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 4, DE 1970

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1970, de autoria do Sr. Senador Júlio Leite, que estabelece limite máximo para a cobrança dos direitos autorais e os conexos, relativos a obras literárias musicais divulgadas pelas permissionárias ou concessionárias dos serviços de radiodifusão e radiotelevisão le-

galmente instaladas no País, e dá outras providências, tendo PARECERES, sob números 492 a 495, de 1970, das Comissões: — de Constituição e Justiça: 1.º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade; 2.º pronunciamento: favorável ao Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura; — de Educação e Cultura, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta; e — de Finanças, favorável ao projeto, nos

termos do Substitutivo-CEC; dependendo da votação do Requerimento n.º 202, de 1970, de autoria do Sr. Senador Petrônio Portella, socilitando adiamento da discussão da matéria para reexame da Comissão de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 10 minutos.)

## CONCURSO PÚBLICO

## CONCURSO INTERNO PARA TAQUÍGRAFO-REVISOR

## Resultado da Prova de Prática Legislativa

Inscrição	NOME	Grau
04	Alan Viggiano .....	98,000
12	Carlos Tórres Pereira .....	97,500
07	Edson Theodoro dos Santos .....	97,500
06	Darcy Pedrozo Machado Gaia .....	90,750

15	Lizete de Almeida Castro .....	90,750
01	Walkir Silveira de Almeida .....	88,750
14	Edila Macêdo Ribeiro .....	85,000
03	Alzira dos Santos Magalhães .....	84,000
02	Gelda Lyra Nascimento .....	73,000

Secretaria do Senado Federal, 25 de setembro de 1970.  
— Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

## ATA DAS COMISSÕES

ATA DA 18.ª REUNIÃO, REALIZADA  
EM 3 DE SETEMBRO DE 1970

Aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta, às vinte e uma horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Carvalho Pinto, Presidente, presentes os Senhores Senadores Ney Braga e Lino de Mattos e os Senhores Deputados José Richa, Antônio Ueno, Batista Miranda, Ferraz Egreja e Fernando Gama, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café, elaborar projeto de lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa autarquia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Raul Giuberti e Antônio Balbino.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente declarou que havendo número legal, estão abertos os trabalhos da Comissão e passa, em seguida, a palavra ao Senhor Deputado José Richa a fim de proceder a leitura de seu parecer ao Requerimento n.º 421, de 1967, objeto da criação da presente Comissão Mista.

A seguir, com a palavra o Sr. Deputado José Richa emite parecer conclusivo por sugestões às autoridades competentes.

Finda a leitura, o Sr. Presidente põe em discussão o parecer.

Prosseguindo, pela ordem de inscrição, têm oportunidade de discutir a matéria os Srs. Senadores Ney Braga e Lino de Mattos e os Senhores Deputados Antônio Ueno, Batista Miranda e Ferraz Egreja.

Continuando, o Sr. Presidente comunica que continua em discussão a matéria e, como ninguém mais queira fazer uso da palavra, declara-a encerrada, pondo em votação o parecer.

Colocado em votação, é o parecer aprovado por unanimidade.

Concluindo, o Senhor Presidente agradece aos seus pares a eficiente colaboração prestada no desempenho das tarefas atribuídas, e, ao Sr. Relator, consigna o seu aplauso pelo excelente trabalho realizado, como, também, à Assessoria Técnica e à Secretaria da Comissão, pelos eficientes serviços prestados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

ATA DA 28.ª REUNIÃO, REALIZADA  
EM 16 DE SETEMBRO DE 1970

As 10 horas do dia 16 de setembro de 1970, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Carvalho Pinto,



presentes os Srs. Raul Giuberti, Attilio Fontana, Mem de Sá, Adolpho Franco, Dinarte Mariz, Mello Braga, Carlos Lindenberg, Milton Trindade, Flávio Brito, Duarte Filho, Júlio Leite e Petrônio Portella, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Cattete Pinheiro, José Leite, Moura Andrade, Clodomir Millet, Waldemar Alcântara, Vasconcelos Torres, Argemiro de Figueiredo, Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz e José Ermirio.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Adolpho Franco, que emite parecer favorável, apresentando Projeto de Resolução ao Ofício S-17, de 1970, do Sr. Governador do Estado da Guanabara, solicitando a competente autorização do Senado Federal para, através da Superintendência de Serviços Médicos — SUSEME — realizar com a firma Hospital International GmbH, sediada em Frankfurt/Main, Alemanha Ocidental, operação de importação, financiada, de equipamentos técnicos, no valor de DM 8.305.998,00 (oito milhões, trezentos e cinco mil, novecentos e noventa e oito marcos alemães).

A Comissão aprova o parecer.

A seguir, o Sr. Mem de Sá apresenta os seguintes pareceres:

apontando, exclusivamente, as matérias que versam fatos sujeitos à fiscalização e à competência da Comissão de Finanças, de acordo com despacho do Sr. Presidente do Senado Federal no Requerimento n.º 27, de 1970, do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando informações ao Ministério da Indústria e do Comércio sobre as medidas adotadas para evitar que importantes obras de engenharia, especialmente nas nossas grandes cidades, continuem seriamente ameaçadas de paralisação em virtude da escassez de ferro, cujo preço já se duplicou do ano passado para este ano, principalmente como decorrência do aumento crescente da exportação desse produto; e

favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 37, de 1970, que autoriza a doação de imóvel que menciona, situado na cidade de Quixeramobim, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Finalmente, o Sr. Raul Giuberti lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 39, de 1970, que autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a doar o Hospital Henrique Lage ao Município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina.

A Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

### ATA DA 8.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1970

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta, às quinze horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Flávio Brito, Presidente, presentes os Senhores Attilio Fontana, Júlio Leite e José Guimard, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Ausentes, com causa justificada, os Senhores Senadores Ney Braga, Teotônio Vilela, Milton Trindade, José Ermirio e Argemiro de Figueiredo.

É lida e, sem restrições, aprovada a Ata da reunião anterior.

Como relator do Projeto de Resolução da Comissão de Legislação Social que "autoriza a Fundação Rural Mineira — Colonização e Desenvolvimento Agrário — RURALMINAS a alienar 200.000 (duzentos mil) hectares de terras de sua propriedade, nas regiões de Jaíba e Montalvânia, no Estado de Minas Gerais, em lotes de 5.000 (cinco mil) a 30.000 (trinta mil) hectares, a empresas rurais brasileiras que tenham ou venham a ter projetos na RURALMINAS e na SUDENE", o Senhor Presidente convida o Senhor Attilio Fontana, Vice-Presidente, a assumir a Presidência e emite parecer favorável ao referido projeto por considerá-lo altamente aconselhável, pois, além de carrear maiores recursos à RURALMINAS, trará maiores benefícios ao que tange ao desenvolvimento de toda a região noroeste do Estado de Minas Gerais, com o que concorda a Comissão.

A Comissão, sem restrições, aprova o parecer.

Reassumindo a Presidência, o Senhor Senador Flávio Brito comunica estar esgotada a matéria da pauta.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião e, para constar eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

### ATA DA 4.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1970

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta, às dezessete horas e quarenta minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Carlos Lindenberg, Presidente, presentes os Senhores Senadores Adalberto Sena, Eurico Rezende, Petrônio Portella e Ruy Carneiro, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Victorino Freire, Arnon de Mello, Raul Giuberti e José Guimard.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Ruy Carneiro, afim de relatar a proposição constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador Ruy Carneiro emite parecer ao Projeto de Lei da Câmara n.º 27, de 1970, que "institui o Dia do Administrador", ressaltando a importância dos profissionais que serão homenageados pelos objetivos do Projeto e concluindo pela aprovação da referida proposição.

A seguir, durante a discussão, o Senhor Senador Eurico Rezende manifesta-se sobre o assunto para testemunhar a grande importância da profissão do Administrador no processo do desenvolvimento econômico do Brasil, dando integral apoio ao parecer do Relator.

Colocado em votação, por unanimidade, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ATA DA 33.ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA,  
REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1970

As 15,30 horas do dia 24 de setembro de 1970, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Petrônio Portella, presentes os Srs. Senadores Carvalho Pinto, Josephat Marinho, Guido Mondin, Carlos Lindenberg, Júlio Leite e Mello Braga, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Campos, Antônio Carlos, Eurico Rezende, Arnon de Mello, Clodomir Millet, Moura Andrade, Antônio Balbino e Bezerra Neto.

Lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Abertos os trabalhos, o Sr. Senador Petrônio Portella passa a presidência ao Sr. Senador Júlio Leite e relata as Emendas de números um, dois e três, originárias da Câmara dos Deputados e apresentadas ao Projeto de Lei do Senado n.º 75/68 — Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) e o Departamento Nacional de Salário (DNS) do Ministério do Trabalho e Previdência Social, concluindo pela constitucionalidade das três emendas. Submetido a discussão e votação o parecer é aprovado por unanimidade.

Reassumindo a presidência, o Sr. Senador Petrônio Portella dá a palavra ao Senador Carlos Lindenberg, que lê seu parecer ao Projeto de Lei do Senado n.º 37/70 — Fixa prazo para resposta a pedido de informação, nos processos de habeas corpus, dando pela sua rejeição e relata, ainda, o Projeto de Lei do Senado n.º 142/68: Dispõe sobre a comercialização de edulcorantes sintéticos,

considerando-o injurídico. Os pareceres são aprovados sem quaisquer restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### COMISSÃO MISTA

incumbida de examinar a legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café, elaborar projeto de lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa autarquia.

ATA DA 17.ª REUNIÃO, REALIZADA  
EM 3 DE SETEMBRO DE 1970

Aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta, às nove horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Carvalho Pinto, presentes os Senhores Deputados José Richa, Antônio Ueno, Batista Miranda, Ferraz Egreja e Fernando Gama, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar a legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café, elaborar projeto de lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa autarquia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Raul Giuberti e Antônio Balbino.

É lida e, sem restrições, aprovada a Ata da Reunião anterior.

Após a abertura dos trabalhos, o Senhor Presidente informa aos Senhores Membros da Comissão que a presente reunião foi convocada a fim de ser apreciado o parecer do Senhor Relator. Concede, em seguida, a palavra ao Senhor Deputado José Richa, Relator, que comunica à Comissão que devido a matéria ser muito complexa e extensa, apenas preparou um esboço e as conclusões finais do parecer e que na próxima reunião da Comissão apresentaria, então, todo o seu relatório.

Depois da leitura do resumo e as sugestões apresentadas pelo Relator, o Senhor Presidente marca uma nova reunião para as 20:30 horas, a fim de que o Deputado José Richa, Relator, apresente o seu parecer na íntegra, o que, em seguida, é aprovada pelos Membros da Comissão.

Discutiram a matéria os Senhores Senadores Ney Braga e Lino de Mattos e os Senhores Deputados Antônio Ueno, Batista Miranda e Ferraz Egreja.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, e para constar, eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

M E S A		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente: João Cleofas (ARENA — PE)	4º-Secretário: Manoel Villaga (ARENA — RN)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE)	1º-Suplente: Sebastião Archer (MDB — MA)	Vice-Líderes: Petrônio Portella (ARENA — PI)
2º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP)	2º-Suplente: Sigefredo Pacheco (ARENA — PI)	Eurico Rezende (ARENA — ES)
1º-Secretário: Fernando Corrêa (ARENA — MT)	3º-Suplente: Domício Gondim (ARENA — PB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
2º-Secretário: Edmundo Levi (MDB — AM)	4º-Suplente: José Feliciano (ARENA — GO)	Guido Mondin (ARENA — RS)
3º-Secretário: Paulo Torres (ARENA — RJ)		Dinarte Mariz (ARENA — RN)
		<b>DO MDB</b>
		Líder: Aurélio Vianna (GB)
		Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC)
		Bezerra Neto (MT)

#### COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama  
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

##### ARENA

###### TITULARES

Arnon de Mello  
José Leite  
Benedicto Valladares  
Vasconcelos Torres  
Teotônio Vilela

###### SUPLENTE

Mello Braga  
José Guimard  
Adolpho Franco  
Lobão da Silveira  
Victorino Freire

##### MDB

Nogueira da Gama  
Josaphat Marinho  
José Ermírio  
Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Ridrigues Costa — R. 360.  
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

Presidente: Flávio Brito  
Vice-Presidente: Atílio Fontana

##### ARENA

###### TITULARES

Flávio Brito  
Ney Braga  
Atílio Fontana  
Teotônio Vilela  
Milton Trindade

###### SUPLENTE

Benedicto Valladares  
José Guimard  
Júlio Leite  
Menezes Pimentel  
Clodomir Millet

##### MDB

José Ermírio  
Argemiro de Figueiredo  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
Reuniões: terças-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello  
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

##### ARENA

###### TITULARES

Arnon de Mello  
Antônio Carlos  
Mello Braga  
Vasconcelos Torres  
Mem de Sá

###### SUPLENTE

José Leite  
Eurico Rezende  
Benedicto Valladares  
Carvalho Pinto  
Filinto Müller

##### MDB

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena  
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.  
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella  
Vice-Presidente: Antônio Carlos

##### ARENA

###### TITULARES

Milton Campos  
Antônio Carlos  
Carvalho Pinto  
Eurico Rezende  
Guido Mondin  
Petrônio Portella  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Clodomir Millet  
Moura Andrade

###### SUPLENTE

Mem de Sá  
Flávio Brito  
Benedicto Valladares  
Milton Trindade  
Júlio Leite  
Mello Braga  
Adolpho Franco  
Filinto Müller  
Dinarte Mariz

##### MDB

Antônio Balbino  
Bezerra Neto  
Josaphat Marinho  
Argemiro de Figueiredo  
Nogueira da Gama  
Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**  
(11 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Dinarte Mariz  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

**ARENA**

**TITULARES**  
Dinarte Mariz  
Eurico Rezende  
Petrônio Portella  
Atílio Fontana  
Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Guido Mondin  
Antônio Fernandes

**SUPLENTES**  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Teotônio Vilela  
José Leite  
Mem de Sá  
Filinto Müller  
Milton Trindade  
Waldemar Alcântara

**MDB**

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena  
Oscar Passos

Bezerra Neto  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE ECONOMIA**  
(11 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Mem de Sá  
Vice-Presidente: José Ermírio

**ARENA**

**TITULARES**  
Mem de Sá  
Carlos Lindenberg  
Júlio Leite  
Teotônio Vilela  
Ney Braga  
Cattete Pinheiro  
Atílio Fontana  
Duarte Filho

**SUPLENTES**  
José Leite  
Filinto Müller  
Petrônio Portella  
Eurico Rezende  
Arnon de Mello  
Antônio Carlos  
Flávio Brito  
Milton Trindade

**MDB**

Bezerra Neto  
José Ermírio  
Pessoa de Queiroz

Nogueira da Gama  
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.

Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Guido Mondin

**ARENA**

**TITULARES**  
Eurico Rezende  
Ney Braga  
Guido Mondin  
Cattete Pinheiro  
Duarte Filho

**SUPLENTES**  
Benedicto Valladares  
Waldemar Alcântara  
Antônio Carlos  
Teotônio Vilela  
Raul Giuberti

**MDB**

Adalberto Sena  
Antônio Balbino

Ruy Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.

Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO  
E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS  
E POVOAMENTO**  
(11 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Moura Andrade  
Vice-Presidente: José Cândido

**ARENA**

**TITULARES**  
Moura Andrade  
Antônio Carlos  
Waldemar Alcântara  
Milton Trindade  
Flávio Brito  
José Cândido  
Eurico Rezende  
Guido Mondin

**SUPLENTES**  
José Guimard  
Victorino Freire  
Filinto Müller  
Lobão da Silveira  
Raul Giuberti  
Petrônio Portella  
Daniel Krieger

**MDB**

Ruy Carneiro  
Antônio Balbino  
Argemiro de Figueiredo

Adalberto Sena  
José Ermírio

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
(17 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Argemiro de Figueiredo  
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

**ARENA**

**TITULARES**  
Carvalho Pinto  
Cattete Pinheiro  
Mem de Sá  
José Leite  
Moura Andrade  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Raul Giuberti  
Júlio Leite  
Waldemar Alcântara  
Vasconcelos Torres  
Atílio Fontana  
Dinarte Mariz

**SUPLENTES**  
Carlos Lindenberg  
Teotônio Vilela  
José Guimard  
Daniel Krieger  
Petrônio Portella  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Flávio Brito  
Filinto Müller  
Duarte Filho  
Eurico Rezende

**MDB**

Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
José Ermírio

Oscar Passos  
Josaphat Marinho  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Ermírio  
Vice-Presidente: Júlio Leite

**ARENA**

**TITULARES**  
Flávio Brito  
Adolpho Franco  
Júlio Leite  
Mem de Sá  
Teotônio Vilela

**SUPLENTES**  
José Cândido  
Mello Braga  
Arnon de Mello  
Clodomir Millet  
Milton Trindade

**MDB**

Antônio Balbino  
José Ermírio

Ruy Carneiro  
Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Adolpho Franco

Vice-Presidente: Mello Braga

**ARENA****TITULARES**

Adolpho Franco  
Victorino Freire  
Atílio Fontana  
Mello Braga  
Júlio Leite

**SUPLENTE**

Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Raul Giuberti  
Duarte Filho

**MDB**

Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna

Josaphat Marinho

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Leite

**ARENA****TITULARES**

Antônio Carlos  
José Leite  
Celso Ramos  
Carlos Lindenberg  
Benedicto Valladares

**SUPLENTE**

Vasconcelos Torres  
José Guimard  
Teotônio Vilela  
Guido Mondin  
Victorino Freire

**MDB**

Oscar Passos

Josaphat Marinho

José Ermírio

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

**ARENA****TITULARES**

Clodomir Millet  
Antônio Fernandes  
Arnon de Mello  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel

**SUPLENTE**

Teotônio Vilela  
José Leite  
Waldemar Alcântara  
Dinarte Mariz  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna

Adalberto Sena

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Waldemar Alcântara

**ARENA****TITULARES**

Daniel Krieger  
Raul Giuberti  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Waldemar Alcântara  
Carvalho Pinto

**SUPLENTE**

Adolpho Franco  
Petrônio Portella  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Filinto Müller  
Guido Mondin  
José Guimard

**MDB**

Antônio Balbino

José Ermírio

Aurélio Vianna

Ruy Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Antônio Carlos

**ARENA****TITULARES**

Benedicto Valladares  
Cattete Pinheiro  
Antônio Carlos  
Mem de Sá

**SUPLENTE**

Filinto Müller  
José Leite  
Clodomir Millet

**MDB**

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gilberto Marinho

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

**ARENA****TITULARES**

Filinto Müller  
Waldemar Alcântara  
Antônio Carlos  
Mem de Sá  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Gilberto Marinho  
Arnon de Mello  
José Cândido  
Mello Braga

**SUPLENTE**

José Guimard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Petrônio Portella  
José Leite  
Teotônio Vilela  
Clodomir Millet

**MDB**

Pessoa de Queiroz

Aurélio Vianna

Oscar Passos

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE SAÚDE**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Raul Giuberti

**ARENA****TITULARES**

Cattete Pinheiro  
Duarte Filho  
Waldemar Alcântara  
José Cândido  
Raul Giuberti

**SUPLENTE**

Júlio Leite  
Menezes Pimentel  
José Leite  
Flávio Brito  
Vasconcelos Torres

**MDB**

Adalberto Sena

Bezerra Neto

Nogueira da Gama

Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Victorino Freire  
Vice-Presidente: Oscar Passos

**ARENA****TITULARES**

Victorino Freire  
José Guimard  
Gilberto Marinho  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Filinto Müller  
Attilio Fontana  
Dinarte Mariz  
Mello Braga  
Celso Ramos

**MDB**

Oscar Passos  
Aurélio Vianha  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.  
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carlos Lindenberg  
Vice-Presidente: José Guimard

**ARENA****TITULARES**

Victorino Freire  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Raul Giuberti  
José Guimard

**SUPLENTE**

Celso Ramos  
Petrônio Portella  
Eurico Rezende  
Menezes Pimentel

**MDB**

Ruy Carneiro  
Adalberto Sena  
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Celso Ramos  
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**ARENA****TITULARES**

José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Mello  
Vasconcelos Torres  
José Guimard

**SUPLENTE**

Guido Mondin  
Attilio Fontana  
Eurico Rezende  
Lobão da Silveira  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Pessoa de Queiroz  
Bezerra Neto  
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.  
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Clodomir Millet  
Vice-Presidente: Milton Trindade

**ARENA****TITULARES**

Clodomir Millet  
Milton Trindade  
José Guimard  
Flávio Brito  
Lobão da Silveira

**SUPLENTE**

José Cândido  
Filinto Müller  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Cattete Pinheiro

**MDB**

Oscar Passos  
Adalberto Sena  
Aurélio Vianha

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**ASSINATURAS DO**

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

**PREÇOS DAS ASSINATURAS:****Via Superfície:**

Semestre .. Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

**Via Aérea:**

Semestre .. Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

# LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

## ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITADA OU REVOGADA

### 1º VOLUME CONTENDO 288 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS DE 1 A 4  
ATOS COMPLEMENTARES DE 1 A 37  
DECRETOS-LEIS N.ºs 319 A 347 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1967 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

### 4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 8 E 9  
ATO COMPLEMENTAR Nº 51  
DECRETOS-LEIS N.ºs 481 A 563 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

### 2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 5  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 38 A 40  
DECRETOS-LEIS N.ºs 348 A 409 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1968 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

### 5º VOLUME CONTENDO 338 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 10  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 52 A 56  
DECRETOS-LEIS N.ºs 564 A 664 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

### 3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 6 E 7  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 41 A 50  
DECRETOS-LEIS N.ºs 410 A 480 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

### 6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 57 A 62  
DECRETOS-LEIS N.ºs 665 A 804 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

### 7º VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1  
ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 12 A 17  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 63 A 67  
DECRETOS-LEIS N.ºs 805 A 851  
LEGISLAÇÃO CITADA

Preço: Cr\$ 10,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue a

### FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

A quem devem ser endereçados os pedidos

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 ZC-02 e Av. Graça Aranha 26  
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 - Caixa Postal 5534  
Em Brasília: SQS 104 Bloco "A" - Loja 11